

## ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O TEMA CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE

Dalciomar Pimentel Borba<sup>1</sup>

Luis Moretto Neto<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo teve como objetivo alinhar o tema da dissertação com o trabalho final da disciplina Seminários Avançados Em Gestão De Instituições Públicas, Governança E Sociedade, ministrada pelo professor Luís Moretto Neto, do curso de Mestrado Acadêmico em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Para isso, o método foi identificar o estado da arte através de uma revisão bibliográfica das produções no período de 2015-2019, relacionadas à temática de consórcios intermunicipais de saúde. Como resultado, identificou-se que temas como regionalização, descentralização, cooperação, estão inter-relacionados com o tema proposto.

**Palavras-chaves:** Consórcio público de saúde, Regionalização da saúde, Saúde intermunicipal, Cooperação na saúde

### INTRODUÇÃO

Os problemas de saúde são complexos e requerem cooperação e ações interorganizacionais, que na maioria das vezes, são ações que superam as potencialidades de um ente federado isoladamente (LEAL et al., 2019). Assim, a atenção primária a saúde e a ampliação da universalidade do acesso aos serviços de saúde, tiveram uma contribuição através do movimento de municipalização da saúde. Movimento esse, que se fortaleceu durante toda a década de 1990 (KEHRIG; SOUZA; SCATENA, 2015). O Brasil fragmentou o seu território, a partir da descentralização da gestão da saúde, estabelecendo limites geográficos e políticos municipais em relação ao acesso e ações em saúde (ROCHA, 2016).

A dificuldade em operacionalizar o Sistema Único de Saúde (SUS) em sua plenitude de acordo com a Lei nº 8.080/90 e a Constituição Federal de 1988, é realidade de muitos municípios brasileiros, principalmente os do interior do Brasil (KRANZ; DOS SANTOS ROSA, 2015). Essas dificuldades que se apresentam são tanto técnicas, administrativas como financeiras na operacionalização do SUS (LEAL et al., 2019).

Uma das alternativas de gestão para oferecer serviços de saúde à população de seu território são associações em forma de consórcios. Esses consórcios, além de atender às demandas e singularidades locais, também tem como objetivos, otimizar recursos e aumentar a eficiência do gasto público (KRANZ; DOS SANTOS ROSA, 2015). A Lei 11.107/200517, ou Lei dos Consórcios, institucionalizou a figura dos consórcios públicos no Brasil (BRASIL, 2005). Para suprir as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos, os consórcios públicos podem ser entendidos enquanto uma solução organizacional, destinada a operar competências a ele delegadas, constituindo-se como expressão do exercício das autonomias dos entes consorciados. Os benefícios dos consórcios intermunicipais de saúde são a racionalidade dos processos e despesas, aumento na escala de prestação de serviços, cooperação na realização de projetos conjuntos que de forma isolada seriam enviáveis (FLEXA, BARBASTEFANO, 2019).

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalciomarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalciomarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

O presente estudo busca identificar o estado da arte através de uma revisão bibliográfica das produções no período de 2015-2019, relacionadas à temática de consórcios intermunicipais de saúde, estudo esse proposto na disciplina SEMINÁRIOS AVANÇADOS EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, GOVERNANÇA E SOCIEDADE, ministrado pelo professor Luís Moretto Neto, do curso de Mestrado Acadêmico em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O estudo justifica-se em face da relevância do tema nas pesquisas no campo de administração pública, principalmente no que tange as formas de cooperação a nível local (YURISCH, SOTO, FUENZALIDA, 2019).

Assim, o presente estudo se apresenta em quatro partes: i) método utilizado para a busca bibliográfica; ii) referencial teórico abordando os consórcios intermunicipais iii) a exposição dos artigos encontrados na pesquisa bem como a discussão e análise da relação dos mesmos; iv) conclusões e comentários finais.

## **MÉTODO**

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e uma revisão bibliográfica. Escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto; e redação do texto são as etapas que envolve o processo de elaboração de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2010).

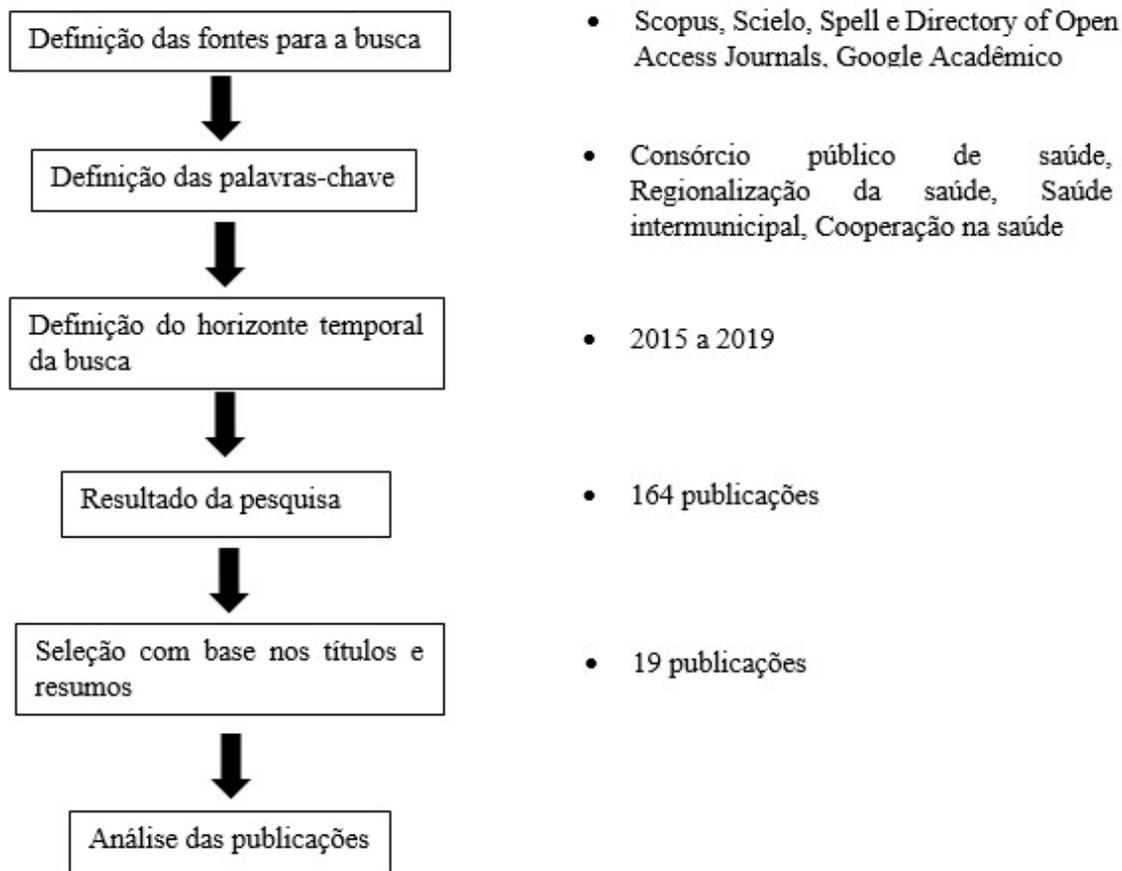
O trabalho iniciou-se com a identificação dos periódicos que estão classificados nos extratos Qualis A1, A2, B1 e B2. Para tanto, foi utilizada a Plataforma Sucupira, da Fundação CAPES. O evento de classificação selecionado foi “Classificação de Periódicos Quadriênio 2013-2016”; a área de avaliação foi “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”.

Na sequência utilizou-se as bases Scopus, Scielo, Spell e Directory of Open Access Journals, Google Acadêmico sendo utilizado para a busca as palavras-chaves consórcio intermunicipal de saúde, regionalização da saúde, saúde intermunicipal, cooperação na saúde. Foram selecionados 20 (vinte) artigos em que os objetivos estavam de encontro com a temática pretendida. Ficou definido o período de publicação os anos de 2015 a 2019, ou seja, os artigos publicados nos últimos cinco anos nos periódicos de maior impacto. O método aplicado na revisão bibliográfica está representado na figura 1;

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

**Figura 1: Método da revisão bibliográfica**



**Fonte:** adaptado de Flexa e Basbastefano 2019;

Após a leitura dos artigos, os mesmos foram relacionados de tal forma que se identificasse qual o ano que com maior número de publicações, além de identificar qual o qualis que mais apareceu entre os periódicos selecionados. Também foi retirado do texto o seu resumo para que fosse feita uma análise de quais os objetivos estavam sendo mais trabalhado em relação a consórcios intermunicipais de saúde.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seção de análise e discussão inicia-se com o estudo bibliométrico dos artigos relacionados com o tema consórcio intermunicipal de saúde. O quadro 1 apresenta o título de cada artigo, bem qual a revista em que foi publicado, qual a classificação que a revista se encontra na CAPES, e o ano que cada artigo foi publicado.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

**Quadro 1: Periódicos publicados entre os anos de 2015-2019**

TÍTULO	REVISTA	QUALIS	ANO
Relações de Cooperação em Consórcios Públicos de Regiões Metropolitanas: análises do CONDIAM/PB e Consórcio Grande Recife/PE	TPA - Teoria e Prática em Administração	B2	2015
Regionalização do atendimento hospitalar público na Região Metropolitana da Grande Vitória, ES	Saúde e Sociedade	A2	2015
Institucionalidade e governança da regionalização da saúde: o caso da região Sul Mato-Grossense à luz das atas do colegiado de gestão	Saúde em Debate	B2	2015
Regionalização da saúde: (in)visibilidade e (i)materialidade da universalidade e integralidade em saúde no trânsito de institucionalidades	Saúde e Sociedade	A2	2016
Percepção dos gestores municipais de saúde relacionada à saúde ambiental: consórcio intermunicipal de saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Saúde e Sociedade	A2	2016
Gestão do cuidado integral: estudo de caso em região de saúde da Bahia, Brasil	Cadernos de Saúde Pública	A2	2016
Consórcio intermunicipal do vale do rio caí (CIS/CAÍ): serviços prestados de média e alta complexidade em saúde	Gestão e Sociedade	B2	2016
A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná	Caderno Metrópole	B1	2016
Perfil Da Gestão De Consórcios Intermunicipais De Saúde Do Rio Grande Do Sul: Um Estudo Das Práticas De Gestão Econômica E Financeira	Revista Universo Contábil	A2	2016
Consórcio Público Intermunicipal: características dos municípios participantes	Revista de Políticas Públicas (UFMA)	B2	2016

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

Análise Comparativa de Redes Hospitalares: Diferenças entre o Público - Privado	RIAE - Revista Ibero-Americana de Estratégia	B2	2017
Dificuldades no acesso a serviços de média complexidade em pequenos municípios: um estudo de caso	Ciência e Saúde Coletiva	A2	2017
Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	B1	2017
Redes regionalizadas e garantia de atenção especializada em saúde: a experiência do Ceará	Ciência & Saúde Coletiva	A2	2019
Cooperación inter-municipal en América Latina: estado del arte y desafíos futuros de la investigación	Revista de Administração Pública	A2	2019
Governança das ações e serviços de saúde de média complexidade em uma região de saúde	Saúde em Debate	B2	2019
Provisionamento e fixação de médicos na atenção primária à saúde no estado da Bahia	RAP - Revista de Administração Pública	A2	2019
Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: percepção de gestores estaduais	Saúde e Sociedade	A2	2019
Consórcios públicos de saúde: uma revisão da literatura	Ciência & Saúde Coletiva	A2	2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020)

Em relação a quantidade de publicações por ano, o ano de 2015 apresenta três publicações. Já o ano de 2016 foi o ano com o maior número de artigos publicados chegando a sete publicações. Após ter em 2016 o ano que obteve a maior quantidade de publicações do período estudado de cinco anos, o ano de 2017 teve apenas 2 publicações, e no ano de 2018 não aconteceu nenhuma publicação. Após acontecer esse declínio de estudos sobre o tema consórcio intermunicipal de saúde, o ano de 2019 representou uma retomada importante no número de publicações chegando a seis artigos, quase alcançando o ano de 2016.

Os Qualis pesquisados conforme a Plataforma Sucupira foram os classificados em A1, A2, B1 e B2. No período estudado o Qualis A1 não teve nenhuma publicação, já o Qualis A2 apresentou 11 publicações nesse período de cinco anos, sendo a classificação que mais

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

apresentou periódicos publicando. O segundo Qualis que mais teve representatividade foi o Qualis B2 com seis publicações, e o Qualis B1 aparece com duas publicações.

Analisando os periódicos o quadro 1 apresenta o periódico Saúde e Sociedade sendo o que mais publicou no período, com 4 publicações. O segundo periódico que mais publicou foi Ciência e Saúde coletiva com 3 publicações. Na sequência a Revista de Administração Pública e a revista Saúde em Debate tiveram 2 publicações cada uma. Por fim, mas não menos importante aparecem os periódicos TAP-Teoria e Prática em Administração, Caderno de Saúde Pública, Gestão e Sociedade, Caderno Metrópole, Revista Universo Contábil, Revista de Políticas Públicas (UFMA), RIAE-Revista Ibero-Americana de Estratégia e a URBE-Revista Brasileira de Gestão Urbana com uma publicação cada. Os títulos e assuntos que foram abordados nos artigos referenciados encontram-se no quadro 2.

#### Quadro 2: Quadro resumo dos artigos utilizados na revisão narrativa.

NUMERAÇÃO DE ARTIGOS	TÍTULO	PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS
1	Relações de Cooperação em Consórcios Públicos de Regiões Metropolitanas: análises do CONDIAM/PB e Consórcio Grande Recife/PE	Dilemas de cooperação na implementação políticas públicas de forma integrada com todos os membros.
2	Regionalização do atendimento hospitalar público na Região Metropolitana da Grande Vitória, ES	Processo de formação da rede regional de atenção à saúde.
3	Institucionalidade e governança da regionalização da saúde: o caso da região Sul Mato-Grossense à luz das atas do colegiado de gestão	Formas de fazer a regionalização da saúde, objetivando analisar as dimensões da institucionalidade e governança na sua gestão.
4	Regionalização da saúde: (in)visibilidade e (i)materialidade da universalidade e integralidade em saúde no trânsito de institucionalidades	Invisibilidade da regionalização como estratégia de organização e integração de serviços de saúde.
5	Percepção dos gestores municipais de saúde relacionada à saúde ambiental: consórcio intermunicipal de saúde Cerrado Tocantins Araguaia	Analisar a percepção e as ações dos gestores municipais em relação ao ganho dos consórcios para a saúde ambiental.
6	Gestão do cuidado integral: estudo de caso em região de saúde da Bahia, Brasil	Conformação da gestão do cuidado integral nos níveis político-institucional, organizacional e nas práticas,

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

		identificando os desafios para constituição de cuidados coordenados entre municípios e os dispositivos para integração e regulação assistencial.
7	Consórcio intermunicipal do vale do rio caí (CIS/CAÍ): serviços prestados de média e alta complexidade em saúde	Consumo médio anual de serviços de saúde dos municípios do consórcio, quantificar o valor despendido segundo tipo de serviço e comparar a produção de serviços do consórcio com a do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS
8	A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná	Discutir e avaliar os elementos que têm dificultado ou facilitado a “cooperação horizontal” para a produção de políticas públicas na área da saúde.
9	Perfil da gestão de consórcios intermunicipais de saúde do Rio Grande do Sul: um estudo das práticas de gestão econômica e financeira.	Utilização de práticas de gestão econômica e financeira por Consórcios Intermunicipais de Saúde.
10	Consórcio Público Intermunicipal: características dos municípios participantes	Características econômicas, demográficas, políticas, fiscais e sociais dos municípios brasileiros que participam de algum tipo de consórcio público intermunicipal.
11	Análise Comparativa de Redes Hospitalares: Diferenças entre o Público - Privado	Os fatores relacionais – atuação em rede, cooperação e aprendizagem relacional
12	Dificuldades no acesso a serviços de média complexidade em pequenos municípios: um estudo de caso	Identificar áreas de maior dificuldade de acesso a consultas especializadas oferecidas pelo SUS em pequenos municípios.
13	Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira	Contribuição da governança multinível para o processo de desenvolvimento regional em territórios fronteiriços.
14	Redes regionalizadas e garantia de atenção especializada em saúde: a	Políticas e instrumentos de gestão voltados à organização regional

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

	experiência do Ceará, Brasil	da atenção especializada em saúde.
15	Cooperación inter-municipal en América Latina: estado del arte y desafíos futuros de la investigación	O andamento da pesquisa sobre as condições relevantes, as complexidades da operação e os diferentes efeitos da cooperação inter-municipal nos países da América Latina.
16	Governança das ações e serviços de saúde de média complexidade em uma região de saúde	Atores e suas relações, espaços e desafios enfrentados na governança das ações e serviços de saúde de média complexidade em uma região de saúde.
17	Provimento e fixação de médicos na atenção primária à saúde no estado da Bahia	Dificuldades de provimento e fixação de médicos na Estratégia Saúde da Família (ESF).
18	Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: percepção de gestores estaduais	As razões para a expansão dos consórcios intermunicipais de saúde conduzida pela autoridade sanitária estadual.
19	Consórcios públicos de saúde: uma revisão da literatura	Melhor desempenho no que tange aos processos de aquisição e contratação de serviços de forma cooperativa.

**Fonte:** elaborado pelo autor (2020).

O quadro 2 nos apresenta um resumo dos temas e objetivos propostos nos artigos relacionados. Cooperação é o tema trabalhado nos artigos 1, 8 e 11 do quadro 2. O artigo 1 trata dos dilemas da cooperação em 2 regiões metropolitanas que são consideradas regiões de baixo nível de cooperação, e tendo nos consórcios públicos meios de aumentar a cooperação entre os atores presentes (NASCIMENTO; FERNANDES, 2015). Consórcio público é o arranjo de maior destaque no Brasil (ABRUCIO; SANO, 2013; FILIPPIM; ABRUCIO, 2016). Equilibrar os valores da cooperação e, ao mesmo tempo, resguardar a autonomia dos entes, é um dos principais desafios para as relações intergovernamentais (JULIÃO; OLIVIERI, 2020).

Já o artigo 8 abrange os fatores que facilitam ou dificultam a cooperação intergovernamental. A descentralização da saúde no Brasil fez com que crescesse a necessidade de maior coordenação de políticas públicas. Essa coordenação, tanto verticalmente na articulação de União, estados e municípios, horizontalmente com uma estrutura de cooperação entre os estados, mas principalmente entre os municípios (ROCHA, 2016). A questão política que envolve os interesses individuais de cada município é um fator complicador na formação do consórcio, porém no estudo de caso do Paraná, agentes técnicos que possuíam experiência à causa pública fizeram a mediação entre os agentes políticos

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

buscando mostrar a relevância da cooperação no processo de implementação do consórcio (LACZYNSKI E TEIXEIRA, 2012; ROCHA E FARIA, 2004). Em contrapartida a criação da Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná (ACISPAR) tornou mais orgânica a forma de relacionar os consórcios intermunicipais com o governo estadual.

O artigo 11 retrata o questionamento de quanto a atuação em rede auxilia na cooperação entre os atores envolvidos tendo como objeto de estudo uma rede de hospitais privado e uma rede de hospitais públicos, e tendo como objetivo verificar se existe diferença na cooperação dentro de cada rede. Para o desenvolvimento do estudo foi utilizada três hipóteses: (i) atuar em rede me leva a cooperar; (ii) cooperar me leva a aprender com a rede, e; (iii) aprender com a rede me leva a reforçar minha atuação. Define-se redes como o método organizacional de atividades econômicas por meio da cooperação e da coordenação (PORTER, 1998). Como resultado das hipóteses a H1 e H2 foram mais representativas na rede privada que na rede pública. Já a H3 teve uma ênfase maior na rede pública que na rede privada. Em relação a cooperação ela se apresenta como um caráter quase de obrigatoriedade na rede pública, o que não acontece na rede privada, porém ela também acontece na rede privada.

Outro assunto abordado é a formação dos consórcios públicos. Os artigos 2, 17 e 18 foram os que trabalharam esse assunto. Para analisar o processo de formação e estruturação da rede na região metropolitana da grande Vitória-ES, principalmente com foco específico no atendimento hospitalar público, o artigo 2 analisou as internações realizadas nos hospitais públicos, bem como os deslocamentos dos usuários desses serviços entre os municípios. Com o entendimento de regionalização da saúde, encontrou-se como resultados que o processo de atendimento que antes era municipalizado, está buscando fortalecer uma perspectiva regional e intermunicipal para atendimento aos usuários (BARRETO JUNIOR, 2015). A montagem de redes regionais de atendimento, é resultado do processo de esgotamento do modelo de municipalização das políticas públicas de saúde (BARRETO JR, 2008; DOWBOR, 2009). Os resultados apontaram para uma oferta dos serviços de saúde mais concentrada nos municípios-polo de Vitória e Vila Velha, em razão, o que eleva a necessidade de deslocamento dos usuários que residem em cidades menores, corroborando a importância de estrutura das referências regionais sejam acessíveis,

O artigo 17 trata das estruturas do consórcio para que haja permanência dos médicos nos consórcios públicos de saúde, além de um melhor provimento. A dificuldade de manter os médicos em áreas de periferias de grandes cidades, ou de municípios do interior do país é um importante obstáculo para a universalização do acesso à saúde (Oliveira et al., 2015; Wilson et al., 2009). O estudo de caso foi realizado na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). A proposta que foi apresentada foi a construção de uma carreira para o SUS, que abordou as duas grandes questões para a atenção básica na atual realidade do consórcio: provimento e fixação de médicos em áreas remotas (ANDRADE ET AL., 2019). O estudo também revelou que os problemas de provimento e fixação de médicos da Bahia é semelhante nos demais estados brasileiros bem como em outros países (DE CAMPOS, MACHADO E GIRARDI, 2009).

No artigo 18, os motivos para expansão dos consórcios intermunicipais são estudados, entre os motivos, está a alternativa que esse modelo de gestão traz para a resolução de problemas coletivos utilizando-se de recursos comuns entre os municípios (LEAL ET AL., 2019). Após o processo de coleta de dados e análise de resultados o estudo identificou quatro principais razões dos gestores para escolha de consórcio intermunicipais como política de

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

gestão em saúde: fortalecimento da regionalização dos serviços de saúde; (2) a ampliação de oferta e a cogestão de serviços de saúde; (3) a absorção de experiências exitosas (transferência de políticas); e (4) a indução estadual. Superar os limites políticos e administrativos dos municípios, realizar um planejamento regional e promover cooperação interorganizacional são características da autonomia que os consórcios têm para construir parcerias (DE MORAIS; CHAVES, 2016), o que corrobora com a busca da primeira razão. A partir da economia de escala e escopo da região, o que ocasiona custos mais baixos, viabilizam a oferta de serviço em saúde, principalmente por aproveitar melhor os serviços já existentes (DINIZ FILHO, 2013; DE OLIVEIRA, 2008; ROCHA, 2016), a ampliação de oferta vem de encontro com essa ideia. Já em relação a cogestão de serviços de saúde, Gerigk e Pessali (2014) argumentam que existe por parte dos gestores municipais, maior possibilidade de discutir e atuar com maior liberdade na decisão de forma conjunta de alternativas para os problemas de saúde regionais. A transferência de políticas entre os vários âmbitos de governo é uma ocorrência mais comum dentro de país (SANTOS ET AL, 2014), explica a experiência exitosa dos gestores na formação do consórcio. Com a descentralização súbita da gestão da saúde na década de 1990, algumas secretarias estaduais perderam sua identidade em razão de que com a municipalização da saúde, os municípios se dirigiam diretamente ao com a União, e assim reciprocamente (ROCHA, 2016). O Estado de Pernambuco que é o objeto de estudo do artigo, veio na contramão desse cenário, muito em ter aproveitado a experiência de outros estados que já haviam implantado os consórcios, como por exemplo o estado do Paraná. Esses estados passaram a utilizar mecanismos de indução para cooperação intermunicipal nas ações de saúde através dos consórcios, investindo no cofinanciamento das ações regionais e convencimento dos prefeitos à associarem-se. O governo do estado teve papel fundamental no momento de criação dos consórcios entre municípios, na maioria desses casos (ROCHA, 2016).

Outro tema recorrente na abordagem sobre os consórcios públicos de saúde é a governança. Este tema foi trabalhado nos artigos de número 3, 13 e 16. No artigo 3, as dimensões da institucionalidade e governança nas formas de fazer a regionalização da saúde foram pesquisadas. A política estadual de saúde foi a indutora da regionalização, assim como ocorreu no estudo de caso sobre o estado de Pernambuco, onde o estado teve papel fundamental no processo de indução da regionalização (ROCHA, 2016). Já a institucionalidade estabeleceu-se nas instâncias consolidadas como a Comissão Intergestores Bipartite Regional, a central de regulação, o consórcio intermunicipal de saúde e o hospital regional. A governança a nível regional se tornou incipiente em razão da não unificação de ideias em determinados momentos e refém de interesses diversos, além de que o planejamento se deteve à aplicação normativa de instrumentos legais do SUS (KEHRIG; SOUZA; SCATENA, 2015). O pacto pela saúde traz o pressuposto da governança e gestão regional nas suas diretrizes (BRASIL, 2006).

O artigo 13 buscou analisar a contribuição que a governança multinível teve no processo de desenvolvimento regional com base no estudo do Consórcio Intermunicipal da Fronteira que é constituído por cidades dos estados do Paraná e Santa Catarina no Brasil e, informalmente, pelo município argentino de Bernardo e Irigoyen – Misiones – Argentina (HENRICHES; MEZA, 2017). Tratar de distribuição de poder, papéis, riscos, recompensas e responsabilidade entre os atores envolvidos, é tratar de governança multinível, apesar de que é árdua a tarefa de uma única definição de governança multinível (KNOPP, 2011, p.58). O poder e gestão compartilhados materializados em espaços de negociação flexíveis entre os

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

níveis governamentais e os outros atores sociais na condução de interesses coletivos, tendo como pressupostos o equilíbrio dinâmico entre autonomia, inserção e regulação de múltiplos atores, pode-se tomar como essência da governança multinível (KNOPP, 2011, p.58). Pontos importantes para a confirmação da contribuição da governança multinível apresenta-se nos resultados do estudo, onde os autores destacam que as decisões dos atores começaram a ser tomadas de maneira conjunta, além de ter criado uma identidade regional, levando-se em conta que um município do país vizinho está presente nessa região, mesmo que formalmente não esteja inserido no consórcio, mas auxiliando e sendo auxiliado no que diz respeito as ações em saúde.

Já o artigo 16 trata da classificação dos atores envolvidos na constituição do consórcio, bem quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, e de que forma a governança está colocada como modelo de gestão. Quanto a classificação os atores foram classificados como governamentais e de mercado. Os atores governamentais são os representados pelos secretários municipais de saúde e prefeitos na esfera municipal, no âmbito estadual estão os representantes do legislativo, além dos funcionários da Secretaria Estadual de Saúde. Já os atores de mercado são os prestadores de serviço e os filantrópicos, que atuam de acordo com os seus interesses (DOMINGOS; FERRAZ; CARVALHO, 2019). Os consórcios são uma forma de cooperação entre os municípios, com o objetivo de solucionar problemas e obter resultados conjuntos de natureza superior às capacidades política, financeira e operacional individual de seus integrantes (STRELEC, 2011). Em relação aos desafios enfrentados estão a fragilidade do ente municipal em relação ao demais envolvidos na governança; falta de compartilhamento de responsabilidades, subfinanciamento do SUS por parte federal e estadual, interferência política, entre outros. As políticas públicas que não estão adaptadas as realidades locais, acabam gerando problemas principalmente para as camadas mais pobres (CAVALHEIRO; JUCHEM, 2009). A governança acabou sendo suprimida por um jogo político e econômico dentro do consórcio em razão da pouca representatividade dos municípios e por serem municípios pequenos. Destaca-se que a política partidária, muitas vezes interfere de maneira negativa nas políticas públicas de saúde, o que acarreta sujeição dos gestores municipais aos prestadores de serviço (CARVALHO; JESUS; SENRA, 2017).

Os artigos 4, 5, 6, 9 e 14 tratam de práticas de gestão que acontecem dentro dos consórcios e como são desenvolvidas. No artigo 4 apresenta-se a regionalização do estado do Ceará e como se desenvolve sua gestão. O que o artigo relata é que a regionalização acontece por meio das estratégias deliberativas da Secretaria Estadual de Saúde. O processo de regionalização se formou de maneira hierarquizado através de micro e macrorregiões com a implementação de coordenadorias de saúde. Os prefeitos tiveram papel fundamental na gestão dos consórcios, porém acabou centralizando muito as decisões nas suas mãos, o que acarretou a uma pouca participação da comunidade e também dos outros atores do consórcio (GOYA, 2016).

O artigo 5 assim como o artigo 4 a regionalização foi um processo que trouxe benefícios para as regiões nas quais os consórcios foram implementados. A saúde ambiental foi o tema trabalhado nesse estudo com foco na percepção dos gestores do consórcio intermunicipal Cerrado Araguaia Tocantins quanto aos problemas de saúde ambiental da região Norte do estado. Os resultados da pesquisa apresentaram que problemas ambientais estavam afetando a saúde da população, mas que não se percebe a interação do governo em planejamento de ações político-administrativas de saúde ambiental.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

Já o artigo 6 é um estudo de caso na região de saúde de Vitória da Conquista na Bahia que abrange 19 municípios que tinha como objetivo a conformação da gestão do cuidado integral coordenados pelos municípios. O que se apurou nos resultados é a falta de médicos, o que ocasiona falta de atendimento em algumas especialidades. A comunicação também era fragmentada, o que gerava desarticulação das ações na rede. Interesses privados e interferência clientelistas geravam circuitos paralelos, o que acarretava o direito à saúde transformado em troca de favores. Essas questões obstruíam as possibilidades de coordenação na rede intermunicipal (SANTOS; GIOVANELLA, 2016). Uma organização regionalizada e hierarquizada de serviços de saúde, compartilha com os atores públicos o enfrentamento de problemas de saúde, que de maneira isolada esses atores públicos não teriam capacidade de resolver. Assim consegue-se garantir o cuidado integral à população (MACHADO ET AL., 2014).

O artigo 9 traz como objeto de estudo os Consórcios Intermunicipais estabelecidos no Rio Grande do Sul. O objetivo central era analisar as práticas de gestão econômica e financeira desses consórcios. A importância da gestão econômica e financeira está no apoio ao planejamento, execução, controle e avaliação de desempenho, auxiliando dessa forma a tomada de decisão (REIS ET AL., 2016). Como resultados, o tempo de experiência no serviço público, em média ficou em 7 anos, o que segundo Silva et al. (2013), influencia na tomada de decisão. Quanto aos motivos para a associação, os mesmos apoiam o estudo de Costa (2009), que são: redução de custos operacionais, diversificação das especialidades, compartilhamento de estrutura – profissionais, clínicas e hospitais, capacitação técnica e de gestão em saúde. Quanto ao planejamento estratégico 50% dos consórcios não adotam o Plano Plurianual próprio, o que evidencia que são os municípios que definem as políticas públicas. Em relação as demandas e necessidades dos municípios ficou apresentado que as mesmas são informadas pelos próprios municípios e não pelos CIS. Sendo assim, as estratégias são definidas pelos municípios (KRELING; SCHÖEDER, (2009). A gestão estratégica de custos é muito pouco trabalhada nesses consórcios, apesar de ser a preocupação que aparece em primeiro lugar como motivo de associação. A ausência de uma cultura de gestão de custos na administração pública brasileira foi constatada no estudo de Mauss e Souza (2008).

No artigo 14 o estado do Ceará foi pesquisado no que diz respeito às políticas e instrumentos de gestão voltados à organização regional da atenção especializada na saúde. Como em outros artigos anteriores, a Secretaria Estadual de Saúde teve protagonismo na coordenação regional das ações e serviços, assegurando infraestrutura, financiamento com redistribuição de recursos e apoio técnico aos municípios, entre outros, através do Consórcio Público de Saúde. Os resultados apresentados, reforçam que para reduzir as iniquidades, é importante o fortalecimento de arranjos públicos e universais para provisão de atenção integral a saúde (ALMEIDA ET AL., 2019).

Já os artigos 7 e 12 são artigos quantitativos que buscaram identificar a eficiência e eficácia no uso dos recursos dos consórcios, bem como identificar quais as especialidades tinham mais dificuldades de serem entregues aos cidadãos. O artigo 7 procurou descrever o consumo médio anual dos serviços de saúde, quantificando o valor despendido de acordo com o tipo de serviço e comparar com a produção de serviços entregues pelo consórcio. O que se observou, é que os exames consomem o maior volume de recursos financeiros, seguidos pelas consultas e logo após pelas sessões de reabilitação e procedimentos. O acréscimo de serviços ofertados pelo consórcio foi de 18,3% com a sua implementação, exercendo importante

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

função na entrega e incremento de serviços de saúde principalmente no nível de média complexidade da assistência à saúde (KRANS; DOS SANTOS ROSA, 2015).

O consórcio 12 buscou analisar a oferta de consultas especializadas pelo SUS de maior dificuldade de acesso pelos pequenos municípios na 18ª Regional de Saúde do Paraná. Como resultados as especialidades que tiveram maior dificuldade de serem atendidas foram: Cirurgia Vascular, Proctologia, Geriatria, Endocrinologia e Neurologia. Seguidas de Ortopedia, Neuropediatria, Urologia, Reumatologia, Oftalmologia e Otorrinolaringologia. Além das dificuldades com o atendimento dessas especialidades, agravam o problema a carência de especialistas, o que impacta diretamente na oferta de consultas; dependência do setor privado e redução da participação da União e do Estado na oferta de serviços e no financiamento (SILVA ET AL., 2017). A dificuldade para acesso ao atendimento especializado na saúde decorre do modelo de atenção adotado no país e do dimensionamento e organização da oferta dos serviços segundo o Ministério da Saúde (MS).

O artigo 10 teve como objetivo estudar características econômicas, demográficas, políticas, fiscais e sociais dos municípios brasileiros que participam de algum tipo de consórcio público intermunicipal. Melhores níveis de renda per capita, taxa de desocupação, IDH e índice de saneamento são características evidenciadas empiricamente nos municípios que participam de algum tipo de consórcio público municipal. Também se constatou que, esses municípios possuem maior capacidade de autofinanciamento e menores níveis populacionais, além de receitas tributárias também menores. As características político-partidárias não apresentam significância em se tratando a nível federal, já em relação aos âmbitos estadual e municipal mostrou vinculação entre os mesmos (PEREIRA; DA ROSA MOREIRA, 2016). Serviços mais eficientes tendem a serem providos por cidades que possuem uma maior autonomia fiscal (SHRESTHA; FEIOCK, 2007). Em relação a análise política é importante verificar se os interesses políticos partidários não interferem na solidariedade intermunicipal, levando-se em conta que os interesses conjuntos devem estar acima dos interesses individuais (DIEGUEZ, 2018).

Os últimos dois artigos referenciados na nossa pesquisa, são bibliográficos. O artigo 15 busca uma visão do estado da pesquisa latino-americana sobre cooperação inter-municipal. Essa pesquisa teve como período os anos de 2005 a 2016 onde foi analisado 47 artigos sobre o tema. O artigo mostra como anda as pesquisas em relação a condições relevantes, complexidade e os diferentes efeitos da cooperação inter-municipal nos países da América Latina. As lacunas da pesquisa como modelo organizacional e governança territorial, bem como a falta de estudos sobre a efetividade de tais arranjos, são evidenciados nos resultados (YURISCH; SOTO; FUENZALIDA, 2019). A cooperação intermunicipal tem como característica a concordância ou participação de dois ou mais governos locais, e que essa participação aconteça de forma voluntária, além da busca de soluções de problemas de forma conjunta. Assim os arranjos cooperativos podem ser bilaterais ou multilaterais, implicando diferentes graus de complexidade no processo coletivo de tomada de decisão (FEIOCK, 2013).

Já o artigo 19 teve como objetivo identificar como os consórcios intermunicipais de saúde conseguem obter melhor desempenho no que tange aos processos de aquisição e contratação de serviços de forma cooperativa. Para isso realizou uma pesquisa bibliográfica, a qual os resultados foram divididos em três partes: i) definições e conceitos dos consórcios públicos, ii) definições e conceitos sobre consórcios intermunicipais de saúde (CIS), iii) estudos de caso de CIS no Brasil (FLEXA; BARBASTEFANO, 2019). Para promover o desenvolvimento de determinada região surgem como alternativa os consórcios públicos. Se

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

trata de um instrumento de cooperação técnica e financeira entre municípios, estados e a União, que pode servir para a articulação de ativos, viabilizar cooperação em projetos de abrangência regional, obras e outras ações (BATISTA; VECCHIA, 2011). Já especificamente os consórcios intermunicipais de saúde se apresentam como inovações na gestão no setor público, para prover serviços especializados e de maior densidade tecnológica à população, além de gerar ganhos ambientais e econômicos na provisão desses serviços públicos (DE MORAIS; CHAVES, 2016). Em relação aos estudos de caso, principalmente pelo envolvimento dos governos estaduais na criação dos consórcios, destacam-se os estados do Paraná e de Minas Gerais (SOUTO JUNIOR, 2010; ROCHA; DE FARIA, 2004).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo realizar o estado da arte sobre o tema que será trabalhado na dissertação de mestrado. O tema proposto será os Consórcios Intermunicipais de saúde, tendo como objetivos identificar a eficiência dos serviços prestados, e o quanto essa eficiência é percebida pela comunidade em que o consórcio está inserido.

O resultado dessa pesquisa bibliográfica, engrandece a pesquisa de mestrado em razão de que os artigos identificados, trazem temas totalmente congruentes com os que serão trabalhados futuramente. Temas como regionalização, cooperação, descentralização, governança, são temas muito relevantes e que foram discutidos em todos os artigos aqui apresentados.

Identifica-se que os temas apresentados estão interligados e que em todos os estudos de casos eles tiveram papel relevante. O histórico da formação, implementação, dificuldades enfrentadas pelos consórcios, mostram que existe um campo de estudo altamente amplo e com muitas perspectivas de estudos futuros, principalmente no que diz respeito a gestão social, para que os consórcios sejam mais eficientes, eficazes e efetivos na entrega dos serviços e desenvolvimento das regiões em que estão inseridos.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalciomarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalciomarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 fev. 2006. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html)>. Acesso em: 10 de junho.2020.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SANO, Hironobo. Associativismo intergovernamental: experiências brasileiras. **Editora IABS**, 2013.
- ALMEIDA, Patty Fidelis de et al. Redes regionalizadas e garantia de atenção especializada em saúde: a experiência do Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4527-4540, 2019.
- ANDRADE, Laíse Rezende de et al. Provimento e fixação de médicos na atenção primária à saúde no estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 505-519, 2019.
- BARRETO JR, I. F. Políticas públicas e sociais e superação de desigualdades: uma revisão teórica. **CSONline, Juiz de Fora**, v. 2, n. 4, p. 234-245, 2008.
- BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Regionalização do atendimento hospitalar público na Região Metropolitana da Grande Vitória, ES. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 461-471, 2015.
- BATISTA, Sinoel; VECCHIA, Rosângela (Ed.). **Guia de consórcios públicos**. Caixa Econômica Federal, 2011.
- BRASIL. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). RENASES – Relação Nacional de Ações e Serviços em Saúde. **Brasília: MS**; 2012.
- CARVALHO, André Luis Bonifácio de; JESUS, Washington Luiz Abreu de; SENRA, Isabel Maria Vilas Boas. Regionalização no SUS: processo de implementação, desafios e perspectivas na visão crítica de gestores do sistema. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1155-1164, 2017.
- CAVALHEIRO, Maria Eloisa; JUCHEM, Dionise Magna. Políticas Públicas: Uma análise mais apurada sobre Governança e Governabilidade. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.
- COSTA, W. H. A. O papel dos consórcios intermunicipais de saúde na retomada do desenvolvimento econômico e social. In: CONGRESSO NACIONAL DO COMPENDEI, 18, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. p.10768–10778.
- DE CAMPOS, Francisco Eduardo; MACHADO, Maria Helena; GIRARDI, Sábado Nicolau. A fixação de profissionais de saúde em regiões de necessidades. 2009.
- DE MORAIS, Vânia Soares; CHAVES, André Preissler Loureiro. Percepção dos gestores municipais de saúde relacionada à saúde ambiental: consórcio intermunicipal de saúde Cerrado Tocantins Araguaia. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 349-360, 2016.
- DE OLIVEIRA, Vanessa Elias. Municípios cooperando com municípios: relações federativas e consórcios intermunicipais de saúde no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 107-123, 2008.
- DIEGUEZ, Rodrigo Chaloub. Consórcios intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional. **Cadernos do desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 291-319, 2018.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

- DINIZ FILHO, Paulo Ricardo. Federalismo e políticas públicas: indução e cooperação na formação de consórcios intermunicipais de saúde. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 11, p. 155-199, 2013.
- DOMINGOS, Carolina Milena; FERRAZ, Edinalva de Moura; CARVALHO, Brígida Gimenez. Governança das ações e serviços de saúde de média complexidade em uma região de saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 700-711, 2019.
- DOWBOR, Monika. Da inflexão pré-constitucional ao SUS municipalizado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 78, p. 158-222, 2009.
- FEIOCK, Richard C. The institutional collective action framework. **Policy Studies Journal**, v. 41, n. 3, p. 397-425, 2013.
- FILIPPIM, Eliane Saete; ABRUCIO, Fernando Luiz. Asociacionismo de base territorial: la alternativa de los consorcios públicos en Brasil. **Revista del CLAD Reforma y democracia**, n. 64, p. 79-116, 2016.
- FLEXA, Raquel Gonçalves Coimbra; BARBASTEFANO, Rafael Garcia. Consórcios públicos de saúde: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 325-338, 2019.
- GERIGK, Willson; PESSALI, Huáscar Fialho. La promoción de la cooperación en los consorcios intermunicipales de salud en el estado de Paraná. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, p. 1525-1543, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.
- GOYA, Neusa et al. Regionalização da saúde:(in) visibilidade e (i) materialidade da universalidade e integralidade em saúde no trânsito de institucionalidades. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 902-919, 2016.
- HENRICHES, Joanni Aparecida; MEZA, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 1, p. 124-138, 2017.
- JULIÃO, Karine Sousa; OLIVIERI, Cecília. Cooperação intergovernamental na política de saúde: a experiência dos consórcios públicos verticais no Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00037519, 2020.
- KEHRIG, Ruth Terezinha; SOUZA, Edinaldo Santos de; SCATENA, João Henrique Gurtler. Institucionalidade e governança da regionalização da saúde: o caso da região Sul Mato-Grossense à luz das atas do colegiado de gestão. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 948-961, 2015.
- KLERING, Luis Roque; DA SILVA SCHRÖEDER, Christine. Políticas e estratégias públicas municipais: novos desafios e perspectivas para o desenvolvimento local. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 13, n. 2, p. 144-160, 2008.
- KNOPP, Glauco. Governança social, território e desenvolvimento. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 4, n. 8, p. 53-74, 2011.
- KRANZ, Luís Fernando; DOS SANTOS ROSA, Roger. Consórcio intermunicipal do vale do rio caí (CIS/CAÍ): serviços prestados de média e alta complexidade em saúde. **Gestão e Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 946-960, 2015.
- KRANZ, Luís Fernando; DOS SANTOS ROSA, Roger. Consórcio intermunicipal do vale do rio caí (CIS/CAÍ): serviços prestados de média e alta complexidade em saúde. **Gestão e Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 946-960, 2015.
- LACZYNSKI, Patricia; TEIXEIRA, Marco AC. Os limites de um consórcio intermunicipal em condições assimétricas de poder: o caso do Cinpra no Maranhão. **Cadernos Adenauer**, p. 141-160, 2012.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

- LEAL, Eliane Maria Medeiros et al. Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: percepção dos gestores estaduais. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 128-142, 2019.
- MACHADO, Cristiani Vieira et al. Federalismo e política de saúde: comissões intergovernamentais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 642-650, 2014.
- MAUSS, César Volnei; DE SOUZA, Marcos Antonio. **Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. Editora Atlas SA, 2000.
- NASCIMENTO, André Marques; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Relações de Cooperação em Consórcios Públicos de Regiões Metropolitanas: análises do CONDIAM/PB e Consórcio Grande Recife/PE. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 5, n. 1, p. 25-52, 2015.
- OLIVEIRA, Felipe Proença de et al. Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva internacional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 623-634, 2015.
- PEREIRA, Greisson Almeida; DA SILVA MOREIRA, Tito Belchior. Consórcio Público Intermunicipal: características dos municípios participantes. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 307-325, 2016.
- PORTER, Michael E. Clusters e a Nova Economia da Concorrência. 1998.
- REIS, Hermes Cardoso et al. Perfil da gestão de consórcios intermunicipais de saúde do Rio Grande do Sul: um estudo das práticas de gestão econômica e financeira. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 2, p. 21-39, 2016.
- ROCHA, Carlos Vasconcelos. A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 36, p. 377-399, 2016.
- ROCHA, Carlos Vasconcelos; DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais. **Cadernos MetrÓpole.**, n. 11, 2004.
- ROCHA, Carlos Vasconcelos; DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais. **Cadernos MetrÓpole.**, n. 11, 2004.
- SANTOS, Adriano Maia dos; GIOVANELLA, Ligia. Gestão do cuidado integral: estudo de caso em região de saúde da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00172214, 2016.
- SANTOS, F. A. S. et al. Razões para expansão de organizações sociais da saúde: percepção de gestores estaduais. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 8, p. 2220-2227, 2014.
- SHRESTHA, Manoj; FEIOCK, Richard. Interlocal cooperation in the supply of local public goods: a transaction cost and social exchange explanation. 2007.
- SILVA, Camila Ribeiro et al. Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1109-1120, 2017.
- SILVA, U. B. et al. Decisões, complexidades, agentes e sunk costs: um estudo comparativo envolvendo gestores com diferentes perfis. **ABCustos, São Leopoldo**, v. 8, n. 2, 2013.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalcionarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalcionarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)

SOUTO JUNIOR, J. V. O papel da CIB/MG no processo de regionalização do SUS em Minas Gerais [dissertação]. **Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**, 2010.

STRELEC, Thamara Caroline. **Desafios da adaptação institucional: um estudo do impacto da Lei de Consórcios Públicos no estado de São Paulo**. 2011. Tese de Doutorado.

WILSON, Nathaniel et al. Uma revisão crítica de intervenções para corrigir a distribuição desigual dos profissionais de saúde em áreas rurais e remotas. 2009.

YURISCH, Karina Arias; SOTO, Karina Retamal; FUENZALIDA, Camila Ramos. Cooperación inter-municipal en América Latina: estado del arte y desafíos futuros de la investigación. **Revista de Administración Pública**, v. 53, n. 3, p. 575-591, 2019.

<sup>1</sup>Mestrando em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [dalciomarpimentelborba@gmail.com](mailto:dalciomarpimentelborba@gmail.com)

<sup>2</sup> Dr. Professor Visitante Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [lmneto75@gmail.com](mailto:lmneto75@gmail.com)